

Vladimir Passos de Freitas. Desembargador federal aposentado.

“No Brasil, tudo é levado ao Judiciário”

MAURÍCIO MARTINS
DA REDAÇÃO

Ele é mais do que um profissional da área do Direito. Apaixonado por tudo que tenha relação com o Poder Judiciário, o desembargador federal aposentado Vladimir Passos de Freitas, de 69 anos, conhece detalhadamente a atuação da Justiça no Brasil e em dezenas de países. Santista, formado em 1968 pela atual Universidade Católica de Santos (Unisantos), começou a atuação como advogado na Cidade. Logo passou em concurso para delegado da Polícia Federal e foi para Brasília exercer o cargo. De lá, foi ao Paraná ser promotor de justiça e, depois, juiz federal. Como magistrado, trabalhou em tribunais de todo o País, até ser promovido a desembargador, em 1990. Aposentou-se em 2006, mas jamais se distanciou do seu ofício. Pós-doutorado, Passos de Freitas tornou-se professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Paraná, onde mora, e professor visitante da Unisantos, o que o faz voltar sempre às suas raízes. É autor, coautor ou organizador de 28 livros e recentemente foi eleito, na Austrália, presidente da International Association for Court Administration - IACA, a mais importante instituição no mundo em matéria de estudos de aprimoramento da Justiça. Sempre que viaja, faz questão de deixar o passeio um pouco de lado para conhecer tribunais. Assim, já visitou estruturas do gênero em 46 países. Apesar de todo o currículo, não faz pose. Fala de forma clara, pausada e tranquila. Diante de uma vida tão cheia de responsabilidades, cita a natação como seu calmante. “O esporte é importante na vida profissional, que é estressante e cheia de conflitos”, ensina. Em visita recente, o desembargador aposentado chegou à Redação de A Tribuna pouco antes das 9h30 para conceder a entrevista a seguir. Antes, porém, praticou o seu esporte preferido no mar. “Nadar é o meu equilíbrio emocional”.

O sr. foi eleito para presidir a mais importante associação de estudos da Justiça no mundo. Como é a atuação dessa entidade?

Ela foi criada por norte-americanos, cresceu e hoje está em seis continentes. É destinada a estudos de administração da Justiça, eficiência, técnica, coisas que são muito fracas no Brasil. A associação foi agregando grandes especialistas, que auxiliam tribunais de alguns países, quando eles pedem. Promovemos também congressos e troca de experiências com pessoas de todo o mundo. Se eu quiser saber co-

mo resolvem uma agressão contra a mulher na Tailândia, eu tenho como saber. Nosso trabalho ajuda muito os países a desenvolver técnicas de efetividade porque há países mais atrasados nisso. Fui eleito para ser presidente entre 2016 e 2018. Lá o sistema é assim, se eleger (o presidente) para um período posterior. Por enquanto, vou trabalhando com o atual presidente, para ser introduzido nas atividades. É uma maneira inteligente. Nossas reuniões são por videoconferência, mas sempre existem as visitas (em outros países) e os pedidos de participação em crises. Não podemos nos meter (nas decisões), é uma atividade diplomática, participamos como moderadores.

Como o sr. avalia a Justiça no Brasil?

Tem uma demora que é das piores do mundo, o nosso fracasso está aí. Aqui um processo normal demora uns três anos. Mas um complicado, com perícia, pode demorar dez, 12 anos. Nós nos equiparamos com países atrasados da Ásia. O tempo de tramitação de um processo aqui piorou e, lamentavelmente, depois da Constituição de 1988. Isso porque criaram quatro instâncias: juiz (de primeiro grau), Tribunal de Justiça, Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF). Nenhum país do mundo tem quatro instâncias. As pessoas têm direito a um juiz e ao Tribunal e acabou. Ir à Suprema Corte só se for caso de interesse nacional. Nos Estados Unidos, a Suprema Corte julga 100 processos por ano. No Reino Unido, 70. No Brasil, 10 mil.

A lentidão do Judiciário é causada também pelo excesso de processos. Há um exagero no volume de ações?

No Brasil, tudo é levado ao Judiciário, ninguém quer resolver fora. Isso prova que as pessoas não sabem conciliar. É falta de amadurecimento da sociedade. No início se explicava. Como no regime militar era fechado, quando abriu, em 1985, as pessoas se viram no direito de reclamar. Justo, perfeito, mas já se passaram muitos anos. No Japão, a pessoa tem vergonha de buscar o Judiciário.

“As leis devem ser mais claras e mais próximas da realidade”



LUIGI BONGIOVANNI

“(Justiça brasileira) Tem uma demora que é das piores do mundo”

mos, mas sem sentido de realidade social. E existem também aquelas leis que são feitas só porque aconteceu um fato. Então, alguém cometeu um crime bárbaro e se cria logo em seguida uma lei gravíssima. Isso é errado, uma lei não pode ser criada por causa de um fato e ser mais rigorosa em contraposição a todo o sistema.

O sr. pode dar exemplo do que seria uma lei equivocada?

Há uma lei que pune o contrabando de substâncias farmacêuticas. Essa lei tem a pena mínima de dez anos, só que a pena mínima do homicídio é de seis anos. Então, ela foi criada em um dado momento em que havia muito contrabando de remédios falsos. E uma lei gravíssima, e os juizes ficam muito em dúvida de aplicar. O juiz condenou alguém por corrupção a uma pena de três anos e vai pegar um sujeito que fez contrabando e dar dez anos em regime fechado? Esse tipo de lei é muito negativo.

Deve haver uma reformulação da legislação?

Acho que sim. As leis devem ser mais claras, para que o cidadão entenda, mais sintéticas e mais próximas da realidade do Brasil. Já tivemos leis claras, como o Código Civil de 1916, feito pelo (jurista) Clóvis Beviláqua. Uma pessoa sem formação em Direito entenderia tudo, saberia se tem direito a uma coisa ou outra. Ultimamente as leis têm vindo com uma redação... É como o Código Florestal: mesmo um profissional especializado em Direito Ambiental precisa ler 15 vezes para entender o que está escrito. Isso é horrível.

“Precisamos de instituições fortes e com mais autonomia para diminuir o acesso ao Judiciário”

Até que ponto isso pode ser considerado um atraso? Afinal, não demonstra que as pessoas estão mais conscientes dos seus direitos?

Essa consciência é maravilhosa, como o Direito do Consumidor. Mas não precisaria tudo isso ir para o Judiciário. As agências reguladoras deveriam ter mais força e menos política, os órgãos de defesa do consumidor precisam ser estruturados. Precisamos de instituições fortes para diminuir o acesso ao Judiciário. E dar às instituições mais autonomia. Por exemplo, o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) virou uma coisa absurda. A pessoa quer reclamar um direito previdenciário e não entra com pedido no INSS, mas na Justiça Federal. A Justiça Federal virou uma repartição mais sofisticada

do INSS? Alguma coisa está errada. E essas varas de Execução Fiscal, que cobram dívidas do IPTU, são uma vergonha. Chegam a ter 200 mil processos. Não tem sentido isso, o Judiciário fica abarrotado. Isso teria que tramitar na Prefeitura, de forma administrativa.

O sr. defende uma Justiça menos burocrática, inclusive com textos mais claros e menos rebuscados nos processos. A solenidade no Judiciário não é necessária?

Essa liturgia faz parte do respeito pelo órgão. Em uma audiência, se um juiz for vulgarmente vestido, não haverá o mesmo respeito. Como não haveria por um médico, um padre, um militar. Isso faz parte. Agora, o excesso de formalismo no desenvolvimento dos atos do processo é prejudicial. Assim como a burocracia cartorária, essa necessidade de tudo precisar ter ofícios impressos. É ridículo, na época do e-mail, ter de se valer de impressos. É preciso se adaptar à sociedade em que estamos vivendo, da comunicação, do visual, das redes sociais.

O que o sr. acha do modo como são escolhidos os ministros do Supremo Tribunal Federal? Como é a escolha em outros países?

São várias formas. No Peru, é um concurso público, que eu não diria que é a melhor. Porque pode ter uma pessoa muito bem preparada do ponto de vista do Direito, mas sem habilidade para julgar questões nacionais. Em outros países, como o Chile, são juizes de carreira que depois vão para a Suprema Corte. O nosso sistema é uma imitação dos Estados Unidos. Não acho que seja ruim. O problema é quando o ministro nomeado acha que precisa pagar favor para quem o indicou, se sente vinculado. Aí, ele perde a imparcialidade. Agora, o sistema em si não me parece ruim.

Hoje temos um debate muito grande a respeito de modificações na legislação criminal. Qual a sua opinião?

Existem muitas leis que não são cumpridas. Outras subjetivas, confusas, que dão margem a soluções que vão da cabeça de cada um. Há uma tendência de leis que ampliam direitos e recur-